



Ano 27 – JORNAL nº 31

João Pessoa/PB, 26 de Agosto de 2016.

SINTECT-PB

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM CORREIOS E TELÉGRAFOS NA PARAÍBA
AUTÔNOMO CLASSISTA E DE LUTA!

FUNDADO EM 08/12/1988 CNPJ. 12.933.198/0001-45

RUA DUQUE DE CAXIAS, 105 - CEP 58010-820 - CENTRO – JOÃO PESSOA - PB

TEL: (083) 3533-1627 3533-1600

Email: sintect.pb@sintectpb.com.br Site: www.sintectpb.com Facebook: www.facebook.com/sintectpb



É HORA DE ORGANIZAR A LUTA!

Em mesa de negociação até o momento a Direção dos Correios só apresentou propostas de ataques e rebaixamento dos direitos já garantidos em Acordo Coletivo de Trabalho

Companheiros(as) ecetistas, as negociações que se iniciaram dia 17/08 com a Direção da ECT em Brasília tem demonstrado que a Direção da Empresa não está preocupada em dar nenhuma resposta positiva a nossa Pauta Nacional de Reivindicações. Muito pelo contrário, até o momento o que vimos foi a apresentação de propostas que rebaixam ainda mais os minguidos direitos já contidos em Acordo Coletivo de Trabalho.

Nas cláusulas sociais a ECT já apresentou a implantação do famigerado Banco de Horas, a não implantação da Licença paternidade de 20 dias, o fim do Abono Pecuniário de 70% nas férias, ataques a organização sindical entre outros. Além da perspectiva de aprofundamento dos ataques no nosso Plano de Saúde, Postalis e nas Cláusulas econômicas; a exemplo da reposição salarial e de benefícios e da retirada do Vale Alimentação extra em dezembro conforme já anunciado recentemente pela Empresa. Como se não bastasse podemos ser surpreendidos com a possível venda de Ações da ECT a iniciativa privada.

A situação é extremamente preocupante e exige dos trabalhadores ecetistas o efetivo engajamento nas lutas e Assembleias da categoria para que possamos conjuntamente combater esses ataques na construção de uma Grande Greve Nacional da categoria contra a retirada de direitos, em defesa de nossa Pauta Nacional de Reivindicações e contra a Privatização dos Correios.

Dia 01 de setembro a Empresa deve apresentar sua proposta final. A assembleia do SINTECT/PB em João Pessoa dia 06 de setembro tem que ser massiva, como também, a participação dos companheiros(as) de Campina Grande, Patos, Sousa, Cajazeiras e Guarabira em transmissão simultânea pela internet.

Essa luta é de todos os trabalhadores ecetistas que têm uma matrícula na Empresa, pois quem está destruindo a ECT e nos ameaçando de demissão são os apadrinhados políticos do governo corrupto do Michel Temer, os quais não conhecem a realidade da Empresa, não tem matrícula, mas ganham de 42 a 46 mil reais por mês para efetivar esse golpe nos trabalhadores ironizando o sofrimento e a dedicação dos ecetistas com a retorica falsa de déficit na ECT.

Basta de tanto cinismo, enrolação e golpismo com os trabalhadores. Se a Direção da ECT não negociar seriamente com os trabalhadores dia 15 de setembro os Correios de todo o país vão parar por tempo indeterminado.

SÔ A LUTA MUDA A VIDA! ENTÃO LUTEMOS COMPANHEIROS (AS).

TODOS À ASSEMBLEIA

DATA: Terça-feira, 06 de setembro de 2016.

HORÁRIO: 19:00 HORAS.

LOCAL: Sede do sindicato à Rua Duque de Caxias, 105 - Centro – João Pessoa.

PAUTA: **1) Informes Gerais; 2) Debate e deliberação da contra-proposta da ECT para a Campanha Salarial 2016/2017; 3) Encaminhamentos.**



ECT NÃO ATENDE PAUTA DE REIVINDICAÇÃO E ATACA DIRETOS CONSOLIDADOS

No dia de hoje, 23/08, o Comando Nacional de Negociação e Mobilização esteve reunido com os negociadores da ECT. Debates sobre os temas relativos ao direito das mulheres na parte da manhã e na parte da tarde as disposições gerais. A FENTECT apresentou sua pauta, justificando cada solicitação a ECT. A empresa recusou todas as propostas feitas pela FENTECT, inclusive a prorrogação da licença paternidade e a concessão do auxílio creche para os filhos de todos os empregados, entre outras. A proposta da empresa em relação às mulheres é a manutenção das cláusulas do ACT 2015/2016, sem qualquer avanço. Na discussão sobre as disposições gerais, a empresa apresentou um pacote de maldade que incluiu a criação do famigerado Banco de Horas e redução de direitos em cláusulas do atual Acordo Coletivo, como: multa de trânsito, registro de ponto, indenização por morte e direitos sindicais.



A ECT desconsidera as propostas apresentadas pela FENTECT, a exemplo da não privatização, pagamento da RTSA, prorrogação da licença paternidade, direito a comunicação (uso de celulares nos setores), entre outras. Os ataques são imensos, o banco de horas reflete uma ideia de super exploração aos trabalhadores, principalmente aos carteiros.

A retirada dos direitos é uma afronta a nossa categoria já tão desrespeitada pelo excesso de trabalho e pela falta de contratação. Estamos buscando a negociação para a assinatura do acordo, no entanto, devemos nos preparar caso a ECT mantenha a disposição de retirar direitos e de não avançar na nossa pauta de reivindicações.

A greve é o último recurso do trabalhador. É necessário intensificar as mobilizações, para respondermos com a maior greve dos Correios. Alertamos a todos os trabalhadores(as) que o momento exige assembleias lotadas e participação em peso nas atividades dos sindicatos, sem os quais, podemos retroceder em direitos históricos.

Faça sua parte, acesse os materiais da FENTECT que estão na página e compartilhe. Precisamos de todos nesta luta para barrar os ataques, avançar nas conquistas e manter os Correios 100% público e Estatal. Fonte: Informe 05 da FENTECT Campanha Salarial 2016.

Ataques às atividades sindicais confirmam o desinteresse da ECT com o trabalhador

Propostas da empresa para o ACT 2016/17 desmerecem as atividades sindicais. Comando de Negociação contesta também o plano de saúde da categoria

Os ataques sindicais não são de hoje, mas foram confirmados na reunião dessa quarta-feira (24), em Brasília, entre o Comando de Negociação e a representação da ECT. Durante as discussões sobre as cláusulas Das Relações Sindicais, foram apresentadas restrições pela ECT aos sindicatos, como o possível monitoramento por gestores e a redução drástica de liberações. A empresa alega que os 204 dirigentes sindicais liberados dão prejuízo à ECT e que a diminuição das liberações podem ajudar no equilíbrio econômico da empresa.

Como os Correios insistem em afirmar que a ECT está deficitária, foi sugerido pelos representantes sindicais que a empresa apresente dados quantitativos das funções existentes na empresa, além dos valores dessas. Para a categoria é claro o abuso de funções na ECT, além dos valores exorbitantes que são pagos para beneficiar apadrinhados políticos nos Correios. Destaca-se que muitos não são funcionários de carreira.

Foi sugerido ainda pela representação dos trabalhadores um teto salarial nos Correios de R\$ 10 mil e que o presidente Guilherme Campos dê o exemplo, reduzindo o próprio salário de R\$ 46 mil para R\$ 10 mil. O comando lembrou que uma das primeiras ações de Campos foi elevar a própria renda, contrariando, dessa maneira, o discurso do déficit nas contas.

É de suma importância a ECT corrigir várias ações que são verdadeiras sangrias aos cofres da empresa, como o elevado número de patrocínios, contratações indiretas sem licitação e, ainda, o excessivo número de funções que funcionam apenas como cabides de emprego. Além de não serem atuais, esses ataques às entidades sindicais são praticados no dia a dia dos Correios. Muitas vezes, a culpa da sobrecarga de trabalho nas unidades recai sobre os dirigentes liberados - uma estratégia dos gestores para justificar a ausência de profissionais em diversos cargos, por falta, na verdade, de concursos públicos.

Enquanto os sindicalistas tentam realizar devidamente o trabalho, a empresa coloca impasses à luta centenária por avanços nos Correios, visando apenas o mercado e desmoralizar o debate das entidades.



ECT tenta acabar com hora-extra implantando o famigerado Banco de Horas



A Direção da ECT apresentou uma das propostas mais absurdas para o Acordo Coletivo de Trabalho desse ano, a implantação do Banco de Horas para intensificar a exploração aos trabalhadores.

A ECT relacionou essa nefasta proposta ao Ponto Eletrônico com o objetivo de substituir o pagamento das horas-extras regulamentada no ACT por esse infinito Banco de Horas.

Na ótica da Empresa o Banco de Horas será estabelecido como 1x1, logo, o dia de repouso semanal remunerado, por exemplo, não será pago de maneira dobrada, conforme estabelecido atualmente em ACT.

Essa proposta golpista é inaceitável e deve servir para indignar ainda mais os trabalhadores para a construção da luta contra todos esses ataques, haja vista que se for implantada representará a intensificação da exploração aos ecetistas e será um retrocesso imenso para toda a categoria no país.

Saúde do Trabalhador

O intuito da ECT com o retrocesso está em enfraquecer as conquistas, em especial as relacionadas com a saúde do trabalhador, que é um direito e não mercadoria. Com os números do Postal Saúde apresentados nesta quinta-feira (25), é claramente anunciado um plano deficitário, apenas com gastos.

A empresa demonstrou o custo de R\$ 1,6 bilhões em 2015 com o plano. O aumento dos gastos entre março de 2015 e o mesmo mês em 2016 foi de R\$ 650,00 milhões para 835 milhões, respectivamente. No entanto deixou no ar valores correspondentes aos aluguéis ou mesmo dos salários dos indicados para gerir o plano. E vale ressaltar que os gastos com cargos administrativos da Postal Saúde foram de R\$ 14 milhões, registrados em julho de 2016.

A ECT apresentou ainda um comparativo do plano de saúde dos Correios com a Cassi (Bancários) e GEAP (Servidores Públicos) que contribuem com mensalidades entre 3% a 19%.

A Postal Saúde afirmou que não está procedendo novas adesões no plano, a não ser cônjuges ou filhos, mas que um novo plano será apresentado aos futuros funcionários. Conforme os representantes do plano, essas são exigências da Agência Nacional de Saúde (ANS).

Os representantes do Comando de Negociação foram enfáticos sobre não aceitar o pagamento de mensalidades, uma vez que o piso salarial é de R\$ 1.234,00 e, quando aplicado os descontos, a renda cai para cerca de R\$ 800,00 ou R\$ 900,00. Não há como pagar pelo plano de saúde, uma vez que o menor salário praticado entre os funcionários de empresas estatais e servidores públicos federais são os dos Correios.

Na época do CorreiosSaúde, eram os trabalhadores (as) os principais interessados e os envolvidos na administração do plano, sem altos salários ou alugueis de prédios por todo o Brasil. Por isso, a pauta de reivindicações requer o retorno do plano de saúde para o controle da ECT e a extinção do Postal Saúde, pois a propaganda divulgada pela empresa sobre a economia com o atual plano não ocorreu. Na contramão, os gastos dobraram.

Por tudo isso, é tão importante para o comando resistir por nenhum direito a menos dos sindicatos, que, consequentemente, lutam ao lado de todos os trabalhadores (as) dos Correios. Somente com as entidades representativas é possível contestar as arbitrariedades do empregador, bem como avançar na coletividade também com resultados positivos em lutas individuais, com mais qualidade de vida e trabalho.

A FENTECT destaca que é importante lotar as assembleias da categoria previstas para os dias 05 e 06 de setembro, pois o recado foi dado: não serão permitidas retiradas de direitos, privatização e tão pouco ameaça à empregabilidade dos ecetistas. **Fonte: Site da FENTECT.**



EXPEDIENTE

Órgão informativo do Sindicato dos Trabalhadores em Correios e Telégrafos no Estado da Paraíba – SINTECT-PB. Rua Duque de Caxias, 105 – Centro – Cep: 58010-820 – João Pessoa/PB – Fones: (083) 3533-1627/3533-1600/3578-4413/Fax: 3021-1619 – CNPJ. 12.933.198/0001-45 – Fundado em 08 de dezembro de 1988. Edição sob a responsabilidade da Diretoria. As matérias assinadas são de inteira responsabilidade do autor.

SECRETÁRIO GERAL: Evandro Tavares de Farias e Valmir da Silva Pequeno.

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E

FINANÇAS: Emanuel de Souza Santos e Paulo Bento da Silva Junior.

SECRETÁRIO DE POLÍTICA E FORMAÇÃO SINDICAL: Marcos Roberto Rodrigues Silva e Alexandre Arruda Ramalho Ribeiro.

SECRETÁRIO DE IMPRENSA E DIVULGAÇÃO: José Cavalcanti dos Santos e Adriano Alves da Silva.

SECRETÁRIO DE ANISTIA E DEFESA DO EMPREGO: Regivaldo Bezerra de Lima e Joelby Costa da Silva.

SECRETÁRIO DE POLÍTICA SÓCIO CULTURALE EVENTOS: Francisco da Silva Alves e Elias de França Santos.

SECRETÁRIO DE ASSUNTOS JURÍDICOS: Sebastião Bosco da Cunhas e Manoel Alves.

SECRETARIA DE DEFESA DO DIREITO DA MULHER: Margareth Alves de Oliveira e Eliane Maria de Medeiros Araújo.

SECRETARIA DE APOSENTADOS E APOSENTÁVEIS: Rubens Jackson de Oliveira e Francisco Girolamo de França.

CONSELHO FISCAL: Argemiro Francisco da Silva, Henrique Alexandre Dias Aragão, José Lucas da Silva, Jairo Bezerra Lucena, José Antônio de Farias e José Mendonça Neto. Impresso na Sede do SINTECT-PB/Tiragem: 1.500 exemplares.

Saúde, qualidade de vida e trabalho para a mulher ecetistas são focos em reunião



"Exames periódicos não compõem a grade porque não são inerentes aos riscos ocupacionais/funções dos ecetistas." Uma das primeiras afirmações para a reunião desta terça-feira (23) sobre as questões das mulheres. De antemão, o Comando de Negociação da FENTECT deixou clara a contrariedade a não liberação da empresa da Comissão de Mulheres, justamente as mais interessadas no debate.

"Somos prejudicadas desde a entrada na empresa por concurso público, com testes físicos extenuantes, que comprometem a contratação do sexo feminino nos Correios, o resultado é visto na mesa de negociação. A ECT precisa ver a mulher como profissional e não apenas uma barriga", ressaltou a diretora da FENTECT, Amanda Corsino. Por isso, a secretária de Imprensa Suzy Cristiny da Costa solicitou à representação da empresa dados totais de mulheres em cargos na ECT e quantas exatamente recebem benefícios e auxílios. "O impacto das reivindicações das trabalhadoras é mínimo, logo, o custo dos

Correios com as mulheres baixo", lembrou.

Para o comando, ações que deixam de lado a situação das empregadas precisam ser revistas. "Práticas de combate ao sexismo não atingem a área operacional e, quando realizadas, são apenas na área administrativa", destacou Márcia Portes, diretora da FENTECT.

Ainda durante as alegações, o departamento de saúde da empresa destacou, sobre os periódicos, que para serem realizados o médico do trabalho dos Correios deverá solicitar. "A empresa está trabalhando com prioridades", disseram. Também sobre os uniformes, os incontáveis testes parecem estar em andamento nos CDDs. Conforme o departamento, foram enviados novos uniformes para avaliação de um pequeno grupo.

Segundo eles, uma consultoria técnica vai determinar o design, tecido e outras especificidades. Mas o problema todo para colocar em prática está no orçamento.

Para o Comando é necessário sair do padrão, por isso, não há concordância com a empresa em manter as cláusulas do antigo acordo. Os médicos não realizam avaliações físicas nos empregados da empresa e esse periódico que afirmam ainda não garante a prevenção da saúde dos trabalhadores (as) dos Correios, bem como não há qualidade técnica muito menos estilos nos uniformes dos ecetistas.

Foi enfatizado pela secretária de Mulheres da FENTECT, Lucila Pereira Correia, a necessidade do reconhecimento da licença-maternidade para o cuidado com as crianças e também da inclusão obrigatória de exames que identifiquem, previamente, diversas doenças que afetam as companheiras, nos exames periódicos. **"Os médicos não fazem avaliação física do trabalhador. Esse periódico, então, não garante a prevenção da saúde. Qual parâmetro o médico do trabalho utiliza para dizer se são necessários ou não exames mais apurados", questionou.**

Além dessas, outras críticas e denúncias foram realizadas, como em relação aos auxílios reembolso creche e babá cortados ao ser solicitada a extensão do benefício licença-maternidade. O reembolso, embora parte do debate das questões econômica, não deixou de ser citado. "É necessário o reajuste dos valores e a ampliação para os dependentes dos homens também e, principalmente, desburocratizar o acesso ao benefício", denunciou Maria da Penha, representante do Estado do Espírito Santo. **Fonte: Site da FENTECT**

Parcela acordada da GACT deverá ser incorporada em agosto



Durante a quarta reunião da Campanha Salarial 2016/17, nessa terça-feira (23), representantes da ECT informaram ao Comando de Negociação a respeito da incorporação dos R\$ 50,00 da Gratificação do Acordo Coletivo 2015/16 (GACT) - valor previsto a ser incorporado em agosto. Conforme a empresa, os contracheques já foram corrigidos e será realizada a incorporação ainda este mês e de mais R\$ 50,00 em janeiro de 2017.

Em relação à incorporação dos R\$ 50,00 da Gratificação de Incentivo à Produtividade (GIP), que deveria ser realizada no mês de maio, de acordo com a apresentação das contas da empresa, permanece sem data. A justificativa da ECT para a não apresentação das contas até o momento está na avaliação do déficit no fundo de pensão, o Postalís.

A empresa alega que segue com a análise da Reserva Técnica de Serviço Anterior (RTSA) - dívida dos Correios referente ao plano BD saldado, do fundo - para confirmar se assumirá ou não, e que, caso a RTSA seja agregada às custas da ECT, o déficit dos Correios passa a ser de R\$ 4 bilhões.

Entenda a GIP

Em 2014, foi instituído o pagamento de R\$ 200,00 da GIP. Desses, R\$ 100,00 ficaram de ser incorporados R\$ 50,00 em maio de 2015 e R\$ 50,00 em maio de 2016 - conforme apresentação das contas da ECT.

A incorporação dos demais R\$ 100,00, como acordado, seria mediante a lucratividade da empresa. No entanto, até agora, não há muitos indícios desse pagamento aos trabalhadores (as). Segundo a ECT, está sendo elaborada uma proposta, que deverá ser apresentada posteriormente, sobre a incorporação desse valor da GIP dependente do lucro da empresa.

O Comando de Negociação vai continuar buscando respostas dos Correios para mais esse direito dos ecetistas. Para a FENTECT e como indica a consultoria encomendada pela federação, não há déficit na empresa, mas uma manobra contábil e a intenção dos gestores é retroceder nas vitórias alcançadas até hoje em auxílios e benefícios aos empregados (as) da ECT.

Justiça determina melhores condições de trabalho no CEE/COA/JPA após Ação do SINTECT/PB

Na data de 25/08/2016, a Ação Civil Pública 00557-2013-026-13-00-5 da 9ª Vara do Trabalho de João Pessoa foi julgada procedente, determinando que a ECT melhore as condições de trabalho no CEE/COA/JPA.

De acordo com a decisão o juiz determinou que a ré **“promova a instalação de sistema de ventilação e/ou refrigeração adequados no Centro de Entrega de Encomendas e Centro Operacional Administrativo de João Pessoa (CEE/COA/JPA), compreendendo-se como adequados os sistemas que garantam conforto térmico aos trabalhadores durante todos os períodos do ano, independentemente da estação climática, observados os limites de tolerância definidos no anexo 3 da NR-15.**

Ante a evidência de demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, concedo a antecipação dos efeitos parcial da tutela de mérito a fim de que a ré cumpra o que restou decidido no parágrafo anterior, no prazo de 120 dias após a publicação desta sentença, sob pena de multa diária de R\$ 2.000,00, nos termos do artigo . 84, § 3º, da Lei n. 8.078/90 c/c art. 536, § 1º, do NCPC, em favor do FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador”.

Com a decisão a ECT terá 120 dias para providenciar sistemas de resfriamento capazes de manter a temperatura dentro dos padrões da Norma Regulamentadora n. 15 do Ministério do Trabalho. Não cumprindo com a decisão, a ECT pagará multa diária de 2.000,00 (dois mil reais).

Trata-se de mais uma conquista do SINTECT/PB, buscando garantir os mais básicos direitos do trabalhador. Direitos esses simplesmente banidos pela ECT, que não busca melhorias para os empregados, mas sim o sucateamento de seus setores. Dr. Daniel Alves

Insalubridade do CEE/COA/JPA vai gerar Ações Judiciais para garantir o Adicional e valores retroativos

Com a decisão da Ação Civil Pública 00557-2013-026-13-00-5 os OTT's que trabalham no CEE/COA/JPA poderão pleitear o adicional de insalubridade, bem como o retroativo dos últimos cinco anos. Assim disse a sentença:

“Na nova instigação, com relação ao calor, o segundo laudo, por seu turno, constatou a existência de ambiente insalubre (sequencial 148, fls. 06), afirmando, em suas conclusões, o seguinte: 7. Conclusão O anexo 3 da Norma Regulamentadora – NR 15 (Portaria 3.214/78) estabelece os parâmetros para exposição e avaliação do calor, definindo o Índice de Bulbo Úmido - Termômetro de Globo – IBUTG, tanto com carga solar, como sem carga solar. O quadro 1 do citado anexo estabelece que para trabalho contínuo o limite de tolerância é: Atividade moderada – IBUTG – até 26,7 O quadro 3 do anexo já citado da NR 15 relaciona, a título exemplificativo, as atividades caracterizadas como leve, moderada e pesada. Consideramos para efeitos da conclusão do presente Laudo Pericial as atividades desenvolvidas pelo Operador de Triagem e Transbordo como moderada. Da análise comparativa dos resultados das medições realizadas – item 5.1.1.2 do Laudo Pericial, com os valores estabelecidos pelo anexo 3 da NR 15, constatamos que o limite de tolerância foi ultrapassado, portanto, as atividades realizadas pelo Operador de Triagem e Transbordo se caracterizam como insalubre.”

Com a sentença, já se constatou a insalubridade do setor, mas a ECT nunca pagou o referido adicional. Assim, os empregados OTT's deverão procurar a Assessoria Jurídica do SINTECT/PB para ingressar com a ação de insalubridade e garantir tal direito retroativo aos últimos cinco anos.

Documentos necessários (cópias): - RG, CPF, comprovante de residência; - CTPS (frente - foto, verso e data da admissão na ECT); - Fichas financeiras dos últimos cinco anos (requerimento abaixo); Documento que prove desde quando trabalha no CEE/COA/JPA (data da lotação no setor); - Procuração preenchida e assinada (que se encontra no sindicato).



Nas ruas, agências sucateadas. Na Vila Olímpica, o sonho de todo cliente

Em meio à ameaça de fechar 2 mil postos de atendimento, demitir ou não pagar os funcionários (as), a ECT investe em locais temporários, mas a nível de medalha de ouro

Já é de conhecimento público que os Correios são patrocinadores e operadores logísticos oficiais dos Jogos Olímpicos Rio 2016. E, incoerente à gestão do dia a dia, a empresa abriu três agências temporárias para atender a demanda postal dos participantes dos jogos. Segundo o vice-presidente de Logística dos Correios, José Furian Filho, a agilidade, a segurança e a estrutura são alguns dos diferenciais das agências temporárias, também o oposto à realidade das agências espalhadas pelo Brasil.

Falta de segurança, péssimas condições de trabalho, possibilidade de fechamento de mais de 2 mil postos de atendimento às comunidades, ameaça de corte de pagamento dos empregados (as), esses, sim, são os diferenciais que os (as) trabalhadores (as) encaram todos os dias. A única empresa a alcançar mais de cinco mil municípios brasileiros com serviços postais e bancários parece mais preocupada em manter o currículo de patrocinadora a atender os próprios trabalhadores (as) e clientes, que a mantêm de pé.

Somente em um estado brasileiro, no Ceará, as reclamações no Procon - órgão de defesa do consumidor - aumentaram 566% entre o primeiro semestre de 2015 ao primeiro deste ano. A multa por descumprimento, caso a ECT não regularize as entregas em até 20 dias, conforme decisão do órgão de fiscalização, a partir deste mês, pode chegar a R\$ 11 milhões. Enquanto isso, os Correios investem os mais de R\$ 300 milhões em patrocínios, apenas com os eventos esportivos.

Em época de Campanha Salarial, os (as) trabalhadores (as) vão lutar por um aumento justo e honesto, já que são os verdadeiros atletas da empresa e trabalham de sol a sol para manter o patrimônio brasileiro com serviços de qualidade e respeito a todos. Além disso, os empregados (as) dos Correios vão resistir por condições melhores de trabalho e uma empresa 100% pública e de qualidade, na contramão das privatizações incentivadas pelo governo federal.



Servidores Públicos se reúnem e convocam caravana para os dias 12, 13 e 14 de setembro a Brasília em defesa de direitos



Nessa terça-feira (23), em Brasília, ocorreu uma reunião da FONASEFE (Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais).

Na pauta, a necessidade de organizar os trabalhadores para barrar os ataques que estão na ordem do dia. Em destaque, três projetos estão com votações previstas para as próximas semanas: o que tira da Petrobras a exclusividade para exploração do pré-sal (4567); o que traz o desmonte do serviço público (257) e o que restringe o gasto público em setores fundamentais como saúde e educação (241). Um verdadeiro “pacote de maldades” contra a sociedade brasileira, e contra o qual é fundamental resistência.

A partir da reunião, foi encaminhada uma Grande Caravana à Brasília com acampamento para os dias 12, 13 e 14 de setembro.

Essa iniciativa será articulada não apenas com o funcionalismo público, mas também com as categorias que estão em campanha salarial, como petroleiros, bancários e trabalhadores dos Correios, além dos metalúrgicos que estão se organizando em defesa dos empregos, contra as demissões e layoffs (suspensão temporária do contrato). O objetivo é fortalecer uma jornada de lutas em torno de bandeiras comuns com a perspectiva de construir uma Greve Geral no país. **Fonte: site da CSP Conlutas 24/08/2016.**